

CENAS DA ENUNCIÇÃO E ÉTHOS EM NARRATIVAS SOBRE A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

KARLA AMORIM SANCHO*

ROBERTO LEISER BARONAS**

RESUMO

Este trabalho, à luz da Análise do Discurso de orientação francesa, debruçou-se sobre sequências discursivas que constituem o livro *A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, que relata os principais acontecimentos da expedição que os Irmãos Villas-Bôas conduziram pelas entranhas do Brasil Central. Nessa perspectiva, nosso estudo objetivou investigar (por meio das categorias de análise: cena da enunciação e *ethos*) os recursos linguístico-discursivos mobilizados na narrativa. Este resumo de dissertação propõe-se a divulgar os resultados da pesquisa, acerca do processo de construção de imagens eufóricas sobre o papel dos irmãos Villas-Bôas à frente da referida expedição.

PALAVRAS-CHAVE: Expedição, Roncador-Xingu, Análise discursiva, Cenas da Enunciação, Ethos.

1 INTRODUÇÃO: UM POUCO DE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Nesta pesquisa, tomamos como objeto de estudo as narrativas que dizem a Expedição Roncador-Xingu. Elegemos, para constituir o arquivo de nossa análise, o livro “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu” (VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando, 2012), que é explorado discursivamente no decorrer deste trabalho.

* Mestre pelo Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (MeEL/UFMT). Cuiabá, MT. E-mail: karlamorim@yahoo.com.br

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos, SP. E-mail: baronas@ufscar.br

Inicialmente, traçamos um percurso histórico para apresentar o objeto de estudo da presente pesquisa, lançando mão de outras narrativas e trabalhos científicos para compreender e descrever o referido percurso. Na introdução deste trabalho, baseamo-nos no texto que João Pacheco de Oliveira (1998) escreveu no prefácio do livro “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu” e nos autores referenciados por ele, entre outros. Nesse texto, intitulado: “Uma viagem ao Brasil profundo”, o autor afirma que a Expedição Roncador-Xingu (1943-1948) fez parte do projeto nacional lançado no período do Estado-Novo (1937-1945), chamado “A marcha para o Oeste”, que foi um projeto do governo federal, objetivando desenvolver o interior do Brasil, região diferenciada do litoral referente ao desenvolvimento humano e econômico. Nesta perspectiva, que visava a uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais “desperdiçados”, uma vez que eram considerados como indispensáveis para a garantia da prosperidade da Nação.

Na concepção estado-novista, o quadro de estagnação econômica do oeste brasileiro era atribuído tanto a fatores humanos quanto à existência de barreiras naturais, que dificultavam a expansão econômica e demográfica das regiões do interior do país. O governo federal assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país por meio da centralização do poder político.

Originalmente, a expressão Marcha para o Oeste designou o movimento de expansão da fronteira econômica para o Meio-Oeste, ocorrido nos Estados Unidos após a Guerra da Secessão e ao longo da segunda metade do século XIX.

O arquétipo norte-americano de desenvolvimento e ocupação de espaços interiores era muito admirado pela elite intelectual brasileira, tanto no período da monarquia quanto no republicano. Este modelo serviu como inspiração para várias intervenções e planos governamentais, assim como para muitas análises sobre o futuro da nação que se formava no sul da América. Em diversos momentos da vida política e intelectual de nosso país, o processo de espelhamento com os Estados Unidos foi considerado importante, para pensar as particularidades brasileiras nos mais diferentes campos e atribuir viabilidade às soluções propostas.

Apesar das semelhanças com o modelo norte-americano de ocupação do Oeste, a “Marcha para o Oeste” foi um processo diferente daquele modelo, um evento do século XX, em que o Estado teve um papel preponderante. Enquanto nos Estados Unidos as populações autóctones foram derrotadas por unidades militares regulares, cujas conquistas eram consignadas em tratados de paz, no Brasil o uso da força estava proscrito, o Estado assumia a tutela dos índios, porém não lhes reconhecia territórios específicos.

A “Marcha para o Oeste” designou um conjunto de ações governamentais ligadas à Coordenação de Mobilização Econômica (CME), que funcionou como um grande ministério, instituído pelo presidente Getúlio Vargas em 1940. A CME foi entregue a João Alberto Lins de Barros, que tinha sido integrante do movimento tenentista e também da Coluna Prestes, mantendo uma intensa atividade política nas décadas de 1930 e 1940. O principal elemento desse programa era a Expedição Roncador-Xingu (doravante ERX), criada em 1943, cuja direção Vargas confiou ao tenente-coronel Flaviano Mattos Vanique, um de seus mais antigos colaboradores e ex-chefe de sua segurança pessoal.

A Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, que criou a Expedição, mencionava a necessidade de exploração do maciço central do país com vistas à integração com a Amazônia, destacando-se a região compreendida pelas cabeceiras do Rio Xingu.

A expedição sairia de Leopoldina e passaria por Goiás Velho, ambas no Estado de Goiás. Porém, em razão de desacordos políticos com o governo do Estado de Goiás, isso não ocorreu. Goiás Velho era reduto político da família Caiado – adversária política de Pedro Ludovico, o governador na época – por isso, ele não quis que a expedição partisse de Goiás Velho e criou restrições. O ponto de partida foi a cidade de Uberlândia em Minas Gerais e era constituída inicialmente por um “alto escalão” comandado por 23 homens e chefiado pelo coronel Flaviano de Matos Vanique.

Os objetivos da expedição eram: instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases de apoio radiotelegráficas e campos de pouso que permitissem a integração das

redes de comunicação nacionais. Desde 1947, a rota aérea para Manaus passou a fazer uso das bases criadas pela ERX, que também serviram a rotas internacionais, como as de Miami e de Lima.

Os resultados obtidos surpreendem por sua extensão – foram abertos cerca de 1.500 quilômetros de picadas e construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro converteram-se em bases militares, servindo de controle ao tráfego aéreo brasileiro. No roteiro da Expedição, surgiram 42 vilas e cidades, que na década de 1990 agrupariam mais de um milhão de habitantes. Neste percurso, os expedicionários contataram dezoito povos indígenas.

Os integrantes da Expedição eram sertanejos experientes e trabalhadores braçais, incluindo ex-garimpeiros, pequenos negociantes e posseiros. Os três irmãos Villas-Bôas (Orlando, Cláudio e Leonardo) filhos de um advogado do interior paulista, foram recusados em sua primeira tentativa de filiar-se à Expedição. Conseguiram nela ingressar somente no interior de Goiás e apresentando-se como trabalhadores locais. À medida que a Expedição prosseguia, eles – devido aos seus úteis conhecimentos de escrita e contabilidade – foram gradualmente colocados como os responsáveis de campo e os interlocutores imediatos do coronel Vanique, que não vivia diretamente nos acampamentos. Depois da morte trágica da esposa deste último, em 1947, e de seu afastamento, Orlando passou a ser reconhecido como chefe da Expedição.

A Expedição Roncador-Xingu não foi o único movimento de desbravamento do interior do país na primeira metade do século XX. Em outros momentos, houve movimentos semelhantes, como as expedições dos engenheiros e cartógrafos ou as campanhas sanitaristas, nas quais gerações de intelectuais se dedicaram, respectivamente, a pesquisas que procuravam desvendar as potencialidades do país ou a erradicação das endemias que o assolavam.

As expedições exploratórias ou científicas desempenharam um papel político e social relevante na história do Brasil, especialmente sobre a parte do território denominada “sertão”. No fim do século XIX e em parte do XX, esse “sertão” era concebido como região despovoada e distante, equivalente ao atraso e à barbárie, em oposição ao litoral, compreendido como o lugar do progresso, da civilização e da

modernidade. A cartografia também contribuiu para que isso ocorresse; ainda no começo do século XX, representava grandes espaços diferenciados nos mapas com as expressões: “região desconhecida” ou “sertão desconhecido” (enunciado que sugere preocupações com a defesa e/ou interesses na exploração econômica da região, considerando que a produção de mapas era, predominantemente, encomendada pelo Estado).

O objetivo declarado por todas as expedições era o de criar condições propícias ao desenvolvimento do país. No caso da ERX, ao contrário do viés primordialmente científico, o que prevalecia era a preocupação com a chamada integração nacional. Cláudio e Orlando Villas-Bôas (2012) afirmaram que a função deles era “furar os espaços” possíveis de serem habitados, enquanto ações bélicas eram levadas a cabo no exterior, inclusive com a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra.

“Pacificar” ou “proteger” os índios não fazia parte dos objetivos centrais da Expedição. Contudo, em algumas ocasiões, como a da passagem pela região do povo Xavante, na região que é hoje conhecida como Nova Xavantina – no dia 25 de julho de 1945, quando o diário da ERX descreve o êxito do primeiro encontro com os índios: apesar das ameaças dos Xavantes, por meio de flechadas, os integrantes foram orientados pelos Villas-Bôas a atirar para o ar e, nos dias seguintes, fazer gradualmente a aproximação do povo Xavante – a curiosidade da imprensa foi despertada para esta finalidade da ERX, logo a partir dos primeiros contatos com os povos isolados. Segundo João Pacheco de Oliveira (2012, p.21) “os irmãos foram bem recebidos pelas tribos xinguanas, partilhando com eles os serviços médicos da Expedição, atraindo para um trabalho de assistência o sanitaria Noel Nutels e mais tarde, firmando um convênio com a Escola Paulista de Medicina”.

Orlando e seus irmãos se destacaram, não somente nas matérias propagandísticas oficiais, como também concedendo entrevistas e participando de reportagens e documentários. Eles foram, por conta de sua lida com os povos indígenas, transformando-se em personalidades conhecidas da opinião pública. As características singulares da região e a experiência de atuação dos irmãos Villas-Bôas inspiraram a proposta

de criação de um parque indígena no Alto Xingu. Começa aqui uma história de heroização dos Villas-Bôas.

Nosso estudo objetivou investigar por meio das categorias de análise: cena da enunciação, cena genérica, cenografia e *ethos* (MAINGUENEAU, 2006), as razões pelas quais a narrativa veiculada pelo livro “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu” (VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando, 2012) que narra a Expedição produz majoritariamente imagens eufóricas sobre o papel dos Irmãos Villas-Bôas à frente da Expedição Roncador-Xingu. Sobre a construção de imagens eufóricas, Charaudeau (2004) assevera:

As estratégias discursivas empregadas para manipular são sempre as mesmas: Discursos de provocação do afeto que completa o precedente, na medida em que se trata de tocar a emoção, sob seu aspecto “eufórico”, para provocar alegria e simpatia, ou “disfórico”, para provocar temor e medo (CHARAUDEAU, 2004, p. 126).

Charaudeau baseia-se em Maingueneau, que explicita os mecanismos linguístico-discursivos mobilizados no processo de construção de imagens, da seguinte maneira:

O co-enunciador captado pelo *ethos*, envolvente e invisível, de um discurso, faz mais do que decifrar seus conteúdos. Ele é implicado em sua cenografia, participa de uma esfera na qual pode reencontrar um enunciador que, pela vocalidade de sua fala, é construído como fiador do mundo representado. (...). Por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter (MAINGUENEAU, 2008, p. 90).

Diante do que foi exposto, justificamos nossa opção por analisar o referido material textual-discursivo, a partir da seguinte motivação: Verificar o funcionamento dos recursos discursivos mobilizados pelos Villas-Bôas, autores do referido livro. Nesta perspectiva, selecionamos algumas das sequências discursivas do livro, que foram analisadas nesta pesquisa, evidenciando o funcionamento das categorias de análise já mencionadas.

O livro “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu”, escrito na década de 1990, quase vinte anos após a desapareção da FBC e da Expedição, retrata o cotidiano, as motivações e angústias dos membros da Expedição de campo. À medida que avançamos na leitura, os grandes nomes de personagens que ficaram na história (Presidente Getúlio Vargas, Ministro João Alberto, etc.) começam a rarear, e são substituídos por sertanejos, negros cafuzos e mulatos. Os heróis aqui são outros – Antônio Cuca, Batom, Zé Preto, Joaquim Come-Língua, Negro Piauí, João Mandioca, Mané Baiano, Eleutério, Abel Goiano, Celino Muriçoca e Umbelino da Nepomucena.

A narrativa intenta mostrar que o índio foi gradualmente deixando de ser considerado um obstáculo a ser contornado ao longo do caminho; foi transformando-se progressivamente em objeto principal da atenção da Expedição. Surgem em cena os índios – *Izarari*, chefe dos *Kalapalo*; *Afukaká* dos *Kuikuro*; *Kamalivedos Nahukuá* e *Capitula* dos *Mehinako*.

A “epopeia”, que está no subtítulo do livro, parece referir-se a um projeto discursivo que visa construir a narrativa de “uma cruzada de heróis anônimos e de sertanistas abnegados, em busca de corrigir um dos mais terríveis desacertos da nossa história” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2012, p. 26).

De um ponto de vista estritamente histórico, o referido livro não é uma fonte que possa ser utilizada sem os devidos cuidados. Muitas informações importantes para compreender o fenômeno não são mencionadas; o relato nem sempre recupera as datas e os contextos das ações apresentadas. Não é também um diário em sua acepção mais restrita. A parte inicial (capítulos 1 a 3) e a parte final (capítulos 9 a 15) do livro foram nitidamente escritas após a conclusão da escrita dos referidos capítulos, a fim de introduzir o leitor ao diário propriamente dito (capítulos 4 a 8), o qual foi claramente editado e atualizado, tendo em vista os anos 1990, quando o livro foi escrito (quase 20 anos após a extinção da ERX). Trata-se de uma versão de fatos históricos relacionados à referida Expedição, escrita com o intuito de retratar o cotidiano, as motivações e angústias de seus membros. Todavia, no âmbito do discurso, são as textualizações produzidas por um locutor a partir de determinadas condições de produção e não a

suposta verdade dada por documentos de cunho oficial que interessam ao analista. Assim, enquanto interessa ao historiador documentos que narram fatos ocorridos em uma determinada época, para o analista do discurso, interessa em que condições de produção são engendradas pelos locutores as verdades.

2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DESSE PROJETO DISCURSIVO VEICULADO PELO LIVRO

Ícone da expressão da República, o próprio federalismo pressupunha a demarcação das fronteiras internas e externas nos quadros do projeto da construção do Brasil. Foi no âmago dessa sociedade urbana emergente que se propagou o discurso científico-tecnológico como instrumento legitimador das ações do Estado sobre toda a sociedade.

Os eruditos engajados na construção de um país moderno oscilavam entre a tradição e a vanguarda. Aderir a uma dessas correntes significava cristalizar determinadas visões da cidade (identificada como vanguarda) e do campo (raiz do tradicionalismo). Instaurou-se, assim, entre a segunda metade da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920, um campo de disputas pela legitimação de diversos projetos políticos oponentes pensados pela intelectualidade brasileira que objetivava definir um país moderno e reconstituir a identidade nacional. Entre os vários projetos de nacionalidade, a integração do território era consenso. E, inicialmente, foi a tônica de grandes expedições científicas e econômicas comandadas por brasileiros como Cândido Rondon, Roquette Pinto, Noel Nutels e os Villas-Bôas, entre outros, que colocaram em prática o estudo racional da terra e da sociedade. Porém, havia aqueles que defendiam os interesses da incipiente burguesia industrial, a imigração como solução para a “mestiçagem” e para o problema da mão de obra e, portanto, não aceitavam a ideia da “integração” de negros, índios e caboclos dos sertões à sociedade da nação.

Com o intuito de demarcar o próprio posicionamento a esse respeito, Cláudio e Orlando Villas-Bôas escreveram diversos livros, relatando vivências da Expedição Roncador-Xingu e depois, no Parque

Indígena do Xingu. Além de “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu” (2012), que investigamos neste trabalho, há outros como: Xingu – os índios, seus mitos (1974), Almanaque do Sertão – histórias de visitantes, sertanejos e índios (1997) e somente de Orlando, o livro História e Causos (2005).

Em horizontes mais amplos, os debates sobre o nacionalismo abarcavam o reconhecimento dessas diferenças internas e a edificação de uma imagem positiva do país em sintonia com o modelo de modernidade, civilidade e progresso das nações europeias. As palavras de ordem eram desbravar os “espaços vazios”; as terras desconhecidas ou ocupadas por índios; o “Oeste”; o “sertão”; conhecer, mapear, investigar a realidade do país. Construir e desenvolver um fazer científico e econômico próprio sobre o país cuja história ressaltava fortes tensões sociais e políticas.

3 SOBRE A NOÇÃO “*ETHOS*”

Dominique Maingueneau (1993) delimita as fronteiras da noção *ethos* da seguinte maneira: “O *ethos* está [...] ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória” (MAINGUENEAU, 1993, p. 138).

O *ethos*, sendo imagem associada àquele que fala, não é, no entanto, uma propriedade exclusiva dele; ele é, sobretudo, a imagem de que se transveste o interlocutor, a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao encontro dos olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, e o olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para erigir a imagem do sujeito que fala, esse outro se baseia simultaneamente nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* sobre locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem, no momento mesmo de sua enunciação.

O sujeito revela-se, então, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é conferida, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido difundido por nossas palavras depende, simultaneamente, daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* resulta dessa dupla identidade,

mas ele acaba se fundindo em uma única identificação. Efetivamente, quem pode crer que, quando os sujeitos falam não se recebe o que eles dizem, pelo que eles são? Como admitir que a imagem que o sujeito falante faz dele próprio não corresponderia ao que ele é como indivíduo? Nesse sentido, Charaudeau afirma que:

Este é um dos menores paradoxos da comunicação humana: sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz, e, ao mesmo tempo, o interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é. Há uma espécie de desejo de essencialização, tanto da parte do locutor quanto da do interlocutor, nessa busca de sentido do discurso (CHARAUDEAU, 2013, p. 116).

A identidade discursiva e a identidade social fundem-se no *ethos*. Isso não significa que o sujeito que fala desconheceria a possibilidade de poder jogar com sua identidade social e com sua identidade discursiva e que ele se privaria de fazê-lo; nem que o interlocutor (ou o leitor) seria sempre “pego na armadilha” da identidade discursiva, não visualizando a identidade social escondida atrás dela; nem que, ao contrário, o interlocutor interpretaria o discurso recebido somente em função da identidade social que conheceu, sendo sensível ao que é dito. Faz-se necessário acrescentar que o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente); também não coincide necessariamente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído; o destinatário pode perfeitamente construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como ocorre frequentemente.

Entendemos com base em Maingueneau que é necessário que o locutor possua, ao mesmo tempo, credibilidade e capacidade de ser suporte de identificação à sua pessoa. Ele deve ser crível porque não há sujeito sem que se possa crer em seu poder de fazer; precisa ser suporte de identificação porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa. Mediante estes pressupostos, Charaudeau (2013) desenvolve as figuras identitárias do discurso. Esta classificação de Charaudeau refere-se ao discurso político. Acreditamos, não sem complexidade, aplicar-se à análise que pretendemos empreender nesta pesquisa, uma vez que os Villas-Bôas foram pessoas públicas,

envolvidas fortemente em questões políticas. Além disso, o político é constitutivo de todo o discurso.

4 O *ETHOS* DE “VIRTUDE”

Esse *ethos* requer que o interlocutor comprove sinceridade e fidelidade, a que se deve adicionar uma imagem de honestidade pessoal.

Algumas vezes, esses atos são especificados em declarações sobre si mesmos, conforme exemplificado acima. Às vezes, são os colaboradores de um interlocutor que o descrevem com essa qualidade. As sequências discursivas extraídas das “Apresentações” (textos que compõe a abertura do livro “A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu”) exemplificam essa construção:

Os brasileiros (...) não podem ignorar os ideais que estão enlaçados com a história do Parque Nacional do Xingu, nem podem desconhecer **a vida-saga dos Villas-Bôas (...) cuja devoção à causa da redenção dos índios e do desenvolvimento do nosso Oeste é matéria que deve perdurar no nosso imaginário coletivo.** (...) neles tudo tem sido amor pela causa dos nossos semelhantes, com uma compreensão profunda do amor à natureza não violentada e de esperança de um futuro menos triste para esta nossa sofrida raça, digo gênero, digo espécie, digo ser, o humano (HOUAISS, Antonio. “Aos nobres ideais”, in A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu, 2012, p. 9, grifo nosso).

Orlando, Cláudio e Leonardo compuseram as vidas mais extraordinárias e belas de que tenho notícia. Pequeno-burgueses paulistas, condenados a vidinhas burocráticas mediócras, saltaram delas para aventuras tão ousadas e generosas que seriam impensáveis, se eles não as tivessem vivido. Só se compara à de Rondon a façanha desses três irmãos que se meteram Brasil adentro por matas e campos indevassados ao encontro de índios intocados pela civilização. (...). **Entre seus feitos assinala-se a coragem com que, arriscando suas vidas, atraíram diversos povos indígenas à civilização.** Triste coisa para estes povos. Menos má, porém, porque sua pacificação foi conduzida pelos Villas-Bôas, que souberam defendê-los, garantindo-lhes uma sobrevivência melhor do que a

dos outros povos chamados ao nosso convívio (RIBEIRO, Darcy. “Os irmãos Villas-Bôas”, in *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, 2012, p. 1, grifo nosso).

Os Villas-Bôas tiveram uma visão fundamentada na esperança de poder devolver ao índio o direito de existir dentro das raízes de sua cultura milenar: assegurar um espaço onde as mudanças – inevitáveis e inexoráveis – ocorressem gradativamente, como que auto estimuladas, sem serem impostas, sem lesar demais (BISILLIAT, Maureen. “Como vais, Xingu? ”, in *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, 2012, p. 16, grifo nosso).

Nos trechos destacados, podemos observar os colaboradores/admiradores dos Villas-Bôas descrevendo-os como virtuosos, tentando comprovar a sinceridade e fidelidade das intenções dos Irmãos, no trabalho por eles realizado, assim como a imagem de honestidade pessoal deles. Antonio Houaiss ressalta neles a “devoção à causa da redenção dos índios e do desenvolvimento do nosso Oeste”, enquanto Darcy Ribeiro evidencia “a coragem com que, arriscando suas vidas, atraíram diversos povos indígenas à civilização”; Maureen Bisilliat elogia o desejo deles de “poder devolver ao índio o direito de existir dentro das raízes de sua cultura milenar”. É o que podemos verificar também no Prefácio, do qual extraímos a seguinte sequência:

O que os movia de fato era a defesa do Xingu e a singularidade dessa experiência. O fortalecimento da agência indigenista, com o aumento dos recursos e o exercício responsável da tutela, eram tão somente os meios que puderam enxergar, no contexto preciso em que **viveram e atuaram, para dar continuidade ao trabalho no Xingu, ao qual dedicaram a própria vida.** Neste livro os autores voltam a criticar duramente a “mão predadora do civilizado”, a ação destrutiva do “procurador de riquezas”, que fazem com que o Xingu se afaste cada vez mais do “Brasil do Descobrimento” (PACHECO DE OLIVEIRA, João. Prefácio: Uma viagem ao Brasil profundo, in *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, 2012, p. 24, grifo nosso).

A autenticidade e nobreza das motivações dos Irmãos são igualmente defendidas por João Pacheco de Oliveira, que assevera que

os Villas-Bôas “viveram e atuaram, para dar continuidade ao trabalho no Xingu, ao qual dedicaram a própria vida” cooperando com o projeto discursivo que veicula o seu *ethos* de “virtude”.

Para corroborar o *ethos* de “virtude”, devem-se acrescentar, às imagens virtuosas de fidelidade e de coragem do sujeito, aquela de “honestidade pessoal”. Essa imagem evoca a retidão e a sinceridade: falar o que se pensa, ter uma vida transparente, não ter participado de negócios escusos e divulgar que seu engajamento não foi motivado por uma ambição pessoal. Essa honestidade pode também expressar-se em relação aos adversários no que se refere à lealdade: aquele que combate seu oponente sem jamais desferir golpes baixos e que, em caso de derrota, é capaz de reconhecer a validade do julgamento do outro e mesmo seus próprios erros. É o que podemos observar nas seguintes seqüências discursivas:

Embora os guardas tenham se precipitado um pouco, **portaram-se, por outro lado, perfeitamente de acordo com as nossas instruções, ou seja, atirar para o ar.** Registramos a data do primeiro encontro com os Xavante: 25 de julho de 1945 (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 87, grifo nosso).

Logo depois do almoço, que foi trazido pelos tropeiros, atingimos um novo córrego de caixa rasa e muito empedrado. Quando explorávamos a matinha que o margeia, saímos, de súbito, diante de uma cabana de índios. Depois de verificar que estava vazia, entramos: o fogo fora recentemente apagado, havia camas (palhas no chão) de folhas de babaçu, restos de embira, pontas de flechas, sabugos de milho, cestos vazios, algumas cabaças vazias, e seis delas cheias de mel, penduradas na vara que sustentava o ranchinho. **Examinamos tudo, mas deixamos cada coisa no seu lugar. Bem que gostaríamos de provar um pouco daquele mel saboroso, que reconhecemos ser de benjoim, mas nosso propósito é respeitar tudo o que seja de propriedade dos índios.** Como não deve lutar essa gente para arrancar deste solo duro, com seus instrumentos rudimentares, o sustento necessário! (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 71, grifo nosso).

A primeira seqüência discursiva (doravante SD) traz as instruções dadas pelos Villas-Bôas aos trabalhadores da vanguarda da ERX por

ocasião do primeiro encontro com índios da etnia Xavante, evocando a retidão do caráter dos Irmãos ao orientar os integrantes da Expedição: eles asseguram que os guardas “portaram-se perfeitamente de acordo com as nossas instruções, ou seja, atirar para o ar”. Observando o trecho destacado, percebemos que os Irmãos pretendem demonstrar que tinham uma postura transparente e ética, uma política de não agressão aos índios. A segunda SD narra a exploração de certa mata ciliar, quando se deparam com uma cabana de índios. Esta SD reforça essa imagem virtuosa, ressaltando o fato de eles não terem participado de negócios escusos (apossar-se dos pertences dos índios), conforme descrito em: “Examinamos tudo, mas deixamos cada coisa no seu lugar” e divulgando o fato de que o engajamento deles na ERX não tinha sido motivado por ambições pessoais, segundo o que é descrito em: “Bem que gostaríamos de provar um pouco daquele mel saboroso, que reconhecemos ser de benjoim, mas nosso propósito é respeitar tudo o que seja de propriedade dos índios”.

De maneira geral, o *ethos* de virtude se faz acompanhar por uma atitude de respeito para com o cidadão: o sujeito deve ser transparente, não deve usar truques, deve ser direito.

5 AS CENAS DA ENUNCIÇÃO

Maingueneau explora também a articulação do *ethos* com as cenas da enunciação: “Por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Ocorre, portanto, uma indispensável inscrição do corpo enunciante numa situação que a cena de enunciação pressupõe e legitima. Por essa razão, o autor ressalta: “Não se pode opor a cena de enunciação e o enunciado como a ‘forma’ e o ‘conteúdo’: a cena da enunciação é uma dimensão essencial do ‘conteúdo’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 52).

A cena da enunciação é formada por uma tríade que abrange: a “cena englobante”, a “cena genérica” e a “cenografia” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Dentre as três, somente as duas primeiras estão essencialmente presentes em uma situação discursiva, sendo que a última é dependente da finalidade de cada gênero discursivo.

A “cena englobante” “corresponde ao tipo de discurso, ao seu estatuto pragmático” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 115), designando, principalmente, o modo de o texto interpelar o leitor. Quando recebemos um folheto na rua, somos capazes de remetê-lo ao discurso político, publicitário, jornalístico, ou qualquer outro tipo. Por exemplo, como leitores de um folheto de teor político, somos interpelados como possíveis eleitores.

A cena englobante é excessivamente geral para especificar as atividades discursivas em que enunciador e coenunciador encontram-se empenhados. “Vemo-nos confrontados com gêneros de discurso particulares, com rituais linguageiros que definem várias cenas genéricas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116). A cena genérica implica um contexto particular que estabelece os papéis dos participantes, o modo de inscrição no espaço e no tempo, o suporte material, a finalidade etc. No caso de um folheto publicitário, um gênero textual específico, concretizado por meio de um suporte textual (impresso) também específico, temos o produtor (o enunciador) de determinadas mercadorias ou serviços tentando persuadir uma classe determinada de consumidores (o coenunciador) a adquirir tais produtos.

Os espaços da cena englobante e da cena genérica são relativamente constantes e, na maioria das vezes, apenas eles definem a cena da enunciação. Porém, pode intervir uma cena bastante peculiar e imprevisível – a cenografia – “que não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas é instituída pelo próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116). Também segundo o autor, “a escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de *sua* cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (2008b, p. 117). A isso Maingueneau (2011, p. 87) chama de “enlaçamento paradoxal”, isto é, a enunciação supõe uma determinada cena que, efetivamente, somente se constitui e valida à medida que ela própria vai se desenrolando.

Além disso, uma cenografia pode incluir uma cena validada, que se caracteriza por apresentar aspectos que foram fixados na memória coletiva, que evocam determinados modos de ser e estar ligados às atividades sociais. Uma cena validada funciona “como um estereótipo

autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimento em outros textos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 92).

Segundo Maingueneau (2008b, p.117), numa cenografia se unem “uma figura de enunciador e uma figura correlata de coenunciadores” que, por sua vez, “supõem igualmente uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar-se o discurso”. Conforme Possenti (2008, p. 205) “a cronografia e a topografia não são tempos cronológicos nem espaços geográficos, mas ‘tempos’ e ‘espaços’ ideológicos e históricos: a favela, a cidade, a civilização, a globalização”.

Para Maingueneau (1993) a linguagem, na perspectiva pragmática, constitui uma forma de ação. Toda enunciação requer condições específicas para sua realização e é feita por um sujeito habilitado; pressupõe-se, assim, uma instituição fiadora da validade e do sentido de cada enunciação no exercício do discurso. “Logo, um sujeito ao enunciar pressupõe uma espécie de ritual social da linguagem implícito, partilhado pelos interlocutores” (p. 30). Dessa forma, ao fazer uso da língua, por meio do discurso, os sujeitos representam papéis aceitos e compartilhados em um processo de interação concernente à vida social.

O enunciador se inscreve no tempo e no espaço de seu coenunciador, conferindo credibilidade às enunciações. O enunciador, ao assumir um espaço determinado, crê que seus interlocutores o veem naquele lugar de onde fala. O discurso é, então, indissociável da cronografia e topografia do momento da enunciação. A cena enunciativa engendra esses elementos que se evidenciam na dêixis, considerando que no ato de enunciação há um conjunto de referências articuladas na presença dos interlocutores, do lugar e do tempo. Nessa perspectiva, Maingueneau (2006, p.117) denomina cenografia a situação que “define as condições de enunciador e co-enunciador, mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais se desenvolve a enunciação”.

Nesse sentido, analisar o discurso implica analisar a enunciação considerando a cenografia como uma de suas partes integrantes, não como realidade exterior ao discurso.

Esses aspectos discursivos podem ser identificados pela presença dos dêiticos espaciais e temporais. Os primeiros são interpretados

a partir da observação da posição que o corpo do locutor ocupa. Há uma localização absoluta (lugar determinado em que se encontra) e uma localização contextual (que se apoia em um elemento do contexto linguístico). Esses dêiticos aparecem no discurso como determinantes nominais (demonstrativos) ou como advérbios; destacam-se pelas informações fornecidas pelo contexto, considerando a localização do corpo do locutor. Os segundos originam-se no momento em que o locutor fala (momento que corresponde ao presente linguístico). Encontram-se também no discurso as localizações temporais absolutas (data ou momento específico) e as que se apoiam em uma referência para que sejam interpretadas. No discurso, esses dêiticos podem ser categorizados como advérbios ou como um grupo proposicional. Os dêiticos foram evidenciados na análise que fizemos das sequências discursivas para averiguarmos seu funcionamento, conforme descrevemos a seguir:

Registramos a data do primeiro encontro com os Xavante: **25 de julho de 1945**. Estamos **agora** no acampamento que batizamos de **Grota Funda**. Pouco **além, do outro lado** da matinha, estende-se um campo que desce para um plano mais baixo, onde nasce um corixo entre alguns pés de buriti (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 87-88, grifo nosso).

A cena de diário da Expedição Roncador-Xingu, no caso do livro *A Marcha para o Oeste*, não é uma cena genérica, mas uma *cenografia* construída pelo texto, a cena de fala da qual o texto pretende originar-se (simular que se origina...). Essa narrativa poderia ter se manifestado por meio de cenografias diferentes, sem alteração da cena genérica. A cenografia de diário tem como objetivo situar o leitor diante de uma armadilha: quando a cenografia é bem explorada, ele recebe esse texto primeiramente como um diário, e não como uma narrativa documentada a partir de uma perspectiva particular.

Dessa maneira, “o discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe”. Mas, para isso, é necessário que o discurso faça seus intérpretes “aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ela participa” (MAINGUENEAU,

2008b, p. 117). Considerando isso, o autor afirma que o *ethos* é inseparável da cenografia, uma vez que ele constitui o enunciador para que ele possa “legitimamente” interpelar o coenunciador de seu discurso.

Para que a cenografia cumpra inteiramente seu papel, não deve ser considerada como uma simples moldura ou como um palco definido antes e fora da enunciação, mas, a um só tempo, como origem e produto do discurso. À medida que o co-enunciador (leitor, ouvinte, expectador) avança no texto, ele precisa se convencer de que aquela cenografia – e não outra – é a ideal para aquele discurso. Por isso o autor, adverte:

Um dos mal-entendidos sempre suscitados pela noção de cenografia é que muitas vezes interpretada como uma simples cena, como um quadro estável no interior do qual se desenrolaria a enunciação. Na verdade, é preciso concebê-la ao mesmo ao mesmo tempo como quadro e como processo. A *-grafia* é um processo de inscrição legitimamente que traça um círculo: o discurso implica certa situação de enunciação, um *ethos* e um “código linguageiro” através dos quais se configura um mundo que, em retorno, valida-os por sua própria emergência. O “conteúdo” aparece como inseparável da cenografia que lhe dá suporte (MAINGUENEAU, 2008b, p. 51).

Nessa concepção de cenografia, considerada como quadro e processo de inscrição que envolve a situação de enunciação o *ethos* e o código linguageiro emergiram os elementos de nossa análise, que por ora concluímos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, retomamos a síntese que elegemos como caracterizadora da base conceitual do autor, a de que o *ethos* é construído por uma relação entre uma “maneira de dizer, que se remete a uma maneira de ser” e isso leva o coenunciador a criar uma imagem do enunciador durante sua enunciação. Essa imagem é constituída pelo “tom” do discurso, articulado a um caráter e a uma corporalidade, e, tudo isso, associado à cena de enunciação. Sem necessariamente ter de ser dito explicitamente, o *ethos* é percebido pelo destinatário por um conjunto complexo de elementos que vão desde “a escolha do registro da língua

e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação” (MAINGUENEAU, 2011, p. 16). Ele ressalta ainda que:

O co-enunciador captado pelo ethos, envolvente e invisível, de um discurso, faz mais do que decifrar seus conteúdos. Ele é implicado em sua cenografia, participa de uma esfera na qual pode reencontrar um enunciador que, pela vocalidade de sua fala, é construído como fiador do mundo representado (...). Por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter. (MAINGUENEAU, 2008a, pp. 90-911).

Então, verificamos que é possível identificar as estratégias discursivas empregadas na construção de discursos de provocação do afeto, com o intuito de tocar a emoção, sob seu aspecto “eufórico”, para provocar alegria e simpatia. Interessou-nos mais especificamente descrever/interpretar os recursos discursivos mobilizados nas cenas enunciativas que constituem as narrativas, silenciando a possibilidade de produzir sentidos disfóricos, em relação aos Irmãos Villas-Bôas. Em outros termos, procuramos descrever/interpretar as estratégias discursivas utilizadas pelos enunciadores de tais narrativas, destinadas a evacuar qualquer contradição de sentido que não o eufórico e a mascarar a existência da conflituosa relação entre brancos e índios.

Analisando o contexto sócio-histórico da Expedição Roncador-Xingu, averiguamos as razões das escolhas das referidas estratégias discursivas, que compuseram o projeto discursivo relativo à Expedição e, particularmente, à atuação dos Villas-Bôas. Tecemos algumas considerações, que explanamos em seguida, refazendo o percurso da construção dos sentidos das formações discursivas que constituem esse projeto discursivo.

Os relatos dos diários dos expedicionários fazem emergir algumas reflexões a respeito de aspectos que envolvem dois movimentos contraditórios: a necessidade da integração territorial brasileira enquanto projeto identitário unificador e, de outro lado, a rejeição das populações do sertão brasileiro aos símbolos nacionais e à ação civilizadora do Estado.

O sertão longínquo que o Estado desejava civilizar para assegurar sua soberania foi também campo de fortes resistências, porque nem todos os povos indígenas acolheram pacificamente a ação civilizadora

promovida pelo governo federal. Apresentou-se um impasse no palco do jogo político: o índio era reverenciado pelo Estado como símbolo nacionalista e, simultaneamente, desempenhava o papel de desafiador de suas instituições. Por tratar-se de uma área mais distante e autônoma em relação ao poder público, o sertão permitia que os povos que ali habitavam preservassem e/ou criassem suas próprias leis. Dessa maneira, distanciando-se dos moldes estabelecidos pelo poder estatal, provocavam uma fragmentação na tão ansiada unidade nacional, desafiando a possibilidade de expansão e fortalecimento de um poder central.

A eloquência dos discursos oficiais, que realçava a posse pacífica deste imenso território, deparou-se com um impasse e as consequências, muitas vezes dramáticas, decorrentes do contato entre povos indígenas e outras civilizações durante a Expedição Roncador-Xingu, evidenciaram-se. A esse respeito, Galvão afirma que:

O reconhecimento por parte dos intelectuais ideólogos do Estado da importância do domínio do espaço territorial como elemento constitutivo de identidade nacional impulsionou o projeto da Marcha para o Oeste. A ocupação de áreas até então desocupadas, era o eixo central das políticas de integração, que se deparou com o desafio de construir uma nacionalidade em meio à diversidade. Dessa forma, impuseram-se questões como qual modelo democrático deveria ser seguido, ou qual o paradigma de civilização deveria ser adotado. (GALVÃO, 2011, p. 11)

É nesse impasse que se construiu os *ethé* dos Irmãos Villas-Bôas, atendendo a interesses contraditórios, em meio aos conflitos decorrentes do encontro dessas cosmovisões, diante do desafio da construção de uma nova nacionalidade.

ENUNCIATION SCENES AND ETHOS IN NARRATIVES ABOUT RONCADOR-XINGU EXPEDITION: A DISCURSIVE ANALYSIS

ABSTRACT

Based on a French-oriented discourse analysis, this paper works on the discursive sequences which constitute The March Westward: the Epic Roncador-Xingu Expedition. This book narrates the main events of the expedition carried out by

the Villas-Bôas brothers to the interior of Brazil. In this perspective, our study has sought to investigate the linguistic-discursive resources in the narrative, by using the following categories: enunciation scenes and *ethos*. This dissertation summary presents the research findings regarding the construction process of the euphoric images about the role of the Villas-Bôas brothers who led the Roncador-Xingu expedition.

KEYWORDS: Roncador-Xingu expedition, discourse analysis, enunciation scenes, *ethos*.

CENAS DE LA ENUNCIACIÓN Y ETHOS EN NARRATIVAS SOBRE LA EXPEDICIÓN RONCADOR-XINGÚ: UNA ANÁLISIS DISCURSIVA

RESUMEN

Este trabajo a la luz de la Análisis de Discurso de orientación francesa se debruzó sobre las secuencias discursivas que constituy en el libro La Marcha al Oeste: la Epopeya de la Expedición Roncador-Xingu, que relata los principales acontecimientos de la expedición que los hermanos Villas-Bôas habían conducido a través de las entrañas del Brasil Central. En esa perspectiva, nuestro estudio objetivó investigar – por medio de las categorías de análisis: cena de la enunciación y *ethos* – los recursos lingüísticos-discursivos movilizados en la narrativa. Este resumen de disertación se propone a divulgar los hallazgos de la investigación a cerca del proceso de construcción de imágenes eufóricas sobre el rol de los hermanos Villas-Bôas en el liderazgo de la referida expedición.

PALABRAS CLAVE: Expedición Roncador-Xingu, Análisis discursiva, Cenas de la Enunciación, *Ethos*.

REFERÊNCIAS

BISILLIAT, Maureen. Prefácio: Como vais, Xingu? In: A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu, 2012, p. 16.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu, 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. 2. ed. 1ª reimpressão. Curitiba: Criar, 2004.

_____. *Discurso Político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DECRETO-LEI 1202/39. Diário Oficial da União. Seção 1. 10/04/1939. Página 8113 (Publicação Original).

DECRETO-LEI de nº 5.801. Diário Oficial da União - Seção 1 de 10/09/1943. Página 13489 (Publicação Original).

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. *A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

HOUAISS, Antonio. Prefácio: Aos nobres ideais. In: *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, 2012, p. 9.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. Problemas de Ethos. In: POSSENTI, Sírio (trad.). *Cenas da Enunciação*. Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 55-73.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso, a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008a. p.69-92.

_____. Citação e destacabilidade. In: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008b.

_____. A propósito do Ethos. In: SALGADO, Luciana; MOTTA, Ana Raquel (organizadoras). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011. p.11- 29.

_____. *Problema do ethos*. Conferência proferida após o IV Seminário Cenas da Enunciação, em minicurso no dia 20 de julho de 2011, na UFSCar.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Prefácio: Uma viagem ao Brasil profundo. In: VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando. *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 26.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Edição Original: 1975.

POSSENTI, Sírio. Um dispositivo teórico e metodológico. In: BARONAS, Roberto Leiser & POSSENTI, S (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise de discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

RIBEIRO, Darcy. Prefácio: Os Irmãos Villas-Bôas, in *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*, 2012, p.1.

VILLAS-BÔAS, Cláudio e Orlando. *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, Orlando e Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Almanaque do Sertão: histórias de visitantes, sertanejos e índios*. São Paulo: Globo, 1997.

_____. *História e Causos*. São Paulo: FTD, 2005.

Submetido em 30 de junho de 2014

Aceito em 26 de novembro de 2014

Publicado em 21 de dezembro de 2015
